

RISCOS de DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA

**Aplicabilidade de bases conceituais das
Ciências Humanas e Sociais
para a análise de casos concretos**



**Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(Organizadores)**

RiMa

O que têm a dizer profissionais do meio técnico e científico, lideranças comunitárias e de movimentos sociais sobre os desastres quando suas práxis se fazem para além do imediatismo e da superficialidade com que geralmente nos são apresentados estes eventos?

Reunidos ao redor do “Seminário Internacional Riscos de Desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos” os autores buscaram contribuir para o resgate de horizontes ainda pouco explorados, esquecidos ou até mesmo obstaculizados em nossas tradições culturais e institucionais voltadas a esta temática.

Ao fazê-lo, tiveram que superar as abordagens convencionais dominantes que geralmente priorizam dimensões economicistas, biofísicas, dicotômicas, autocráticas, cientificistas, objetivistas ou de curtíssimos horizontes temporais. Como se vê, o desafio lançado aos autores (e a todos nós, cidadãos) não é pequeno, e se apresenta mais como “porto de partida” do que “ponto de chegada”, pois aciona maior preocupação

Riscos de Desastres Relacionados à Água

Aplicabilidade de bases conceituais das Ciências
Humanas e Sociais para a análise de casos concretos



Antenora Siqueira
Norma Valencio
Mariana Siena
Marco Antonio Malagoli
(organizadores)

RiMa

2015

© 2015 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Capa e ilustrações de abertura dos capítulos

Tiago Eugenio dos Santos

Luiz Felipe Bezerra de Souza Barros

Ebbios

R595r Riscos de desastres relacionados à água: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos / organizado por Antenora Siqueira, Norma Valencio, Mariana Siena e Marco Antonio Malagoli – São Carlos: RiMa Editora, 2015.

528 p. il.

ISBN – 978-85-7656-037-1 - e-book

1. Sociologia dos desastres. 2. riscos socioambientais.
3. conflitos sociais. 4. mudanças climáticas. 5. defesa civil.
6. proteção civil. 7. questão social. 8. vulnerabilidade. 9. água.
I. Autor. II. Título.

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 32019169

Sobre os autores

Alessandra Nascimento Bernardo: Graduanda do curso de Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica em Meio Ambiente pelo Instituto Federal Fluminense (IFF). E-mail: ale.nbernardo@gmail.com

Aline Silveira Viana: Gerontóloga pela UFSCar. Mestre em Ciências - Programa em Ciências da Engenharia Ambiental pela USP. Especialista em Informática em Saúde pela UNIFESP. Graduanda em Serviço Social pela UNIP. Foi membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Foi membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento (UFSCar). Membro associado da Associação Brasileira de Gerontologia. E-mail: aline_geronto@hotmail.com

Antenora Maria da Mata Siqueira: Assistente Social, mestre em Ciências Sociais e doutora em Engenharia Agrícola/Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável. Professora do Departamento de Serviço Social de Campos da Universidade Federal Fluminense, onde fundou e coordena o Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA). É professora do Programa de Pós-Graduação em Defesa e Segurança Civil e coordenadora/professora da PGLS em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional. E-mail: antenorams@gmail.com

Antônio Miguel Vieira Monteiro: Graduado em Engenharia Elétrica (UFES), mestre em Computação Aplicada (INPE) e doutor em Engenharia Eletrônica e Controle/Ciência da Computação (University of Sussex). Desde abril de 1985 atua na Divisão de Processamento de Imagens (DPI) do INPE em atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de Geoprocessamento, Sensoriamento Remoto, Geotecnologias em Estudos Urbanos, Bancos de Dados Geográficos e Engenharia de Sistemas. E-mail: miguel@dpi.inpe.br

Arthur Soffiati: Graduado em História pela Faculdade de Filosofia de Campos (1973), mestrado em Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1996) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2001). Atualmente é professor associado aposentado da Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de História Social, com ênfase em História Ambiental. E-mail: as-netto@uol.com.br

Cláudia Paola Cardozo: Bacharel e licenciada em Ciências Biológicas (Universidade Nacional de Salta - UNSa, Argentina). Mestre em Aplicações Espaciais de Alerta e Resposta a Emergências (Comissão Nacional de Atividades Espaciais, Argentina). Entre 2005-2010 foi pesquisadora do Instituto de Ecologia y Médio Ambiente Humano (INEAH - UNSa, Argentina). Entre 2008-2010, foi professora assistente em Ecologia (UNSa, Argentina). Atualmente é doutoranda em Sensoriamento Remoto (INPE-Brasil). E-mail: paola@dpi.inpe.br

Cláudio Carneiro: Membro da Diretoria da AVIT - Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (RJ). E-mail: claudio.carneiro@controplan.com.br

Davi Barbosa do Nascimento: Presidente da Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Babosa, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: davidrins@hotmail.com

Dora Vargas: Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1992), mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Pla-

nejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2006) e doutora em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (2013). Atualmente é professora do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira de Juiz de Fora (MG) e assistente social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora. E-mail: doravargas@uol.com.br

Edison Pessanha Braga: Bombeiro militar desde 1977. Comandante dos Destacamentos de Bombeiros dos municípios de Itaocara e São João da Barra entre 2001-2002. Diretor do Departamento de Defesa Civil da Prefeitura de Campos dos Goytacazes entre 2006-2008. Subsecretário municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes entre 2008-2015. Atualmente é diretor executivo da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil em Campos dos Goytacazes. E-mail: edisonpbraga@yahoo.com.br

Eymar Silva Sampaio Lopes: Graduado em Engenharia Geológica pela Universidade Federal de Ouro Preto (1990), mestrado em Sensoriamento Remoto pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (1994) e doutorado em Geociências e Meio Ambiente pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Atualmente é auxiliar de pesquisa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Coordena o projeto de desenvolvimento da plataforma de monitoramento, análise e alerta a riscos ambientais (TerraMA2). E-mail: eyymar@dpi.inpe.br

Jane Nunes: Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (Faculdade de Filosofia de Campos, RJ), pós-graduada em Gestão Municipal (Fundação Getúlio Vargas). Jornalista de carreira da Prefeitura de Campos desde 1986. Entre 1988-1990, foi editora geral do jornal *Folha da Manhã*. Secretária municipal de Desenvolvimento e Promoção Social entre 1993-2004. Atualmente, é jornalista cedida à Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes. E-mail: chenunes@gmail.com

Jocimar Gonçalves Lisboa: Presidente da Associação de Moradores de Ururá, Campos dos Goytacazes (RJ). E-mail: jocimarlisboa@hotmail.com

Juliana T. Nazareno Mendes: Assistente social. Mestre em Serviço Social pela UFJF. Doutoranda em Geografia na UFF. Professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF). E-mail: julianatnmendes@gmail.com

Juliana Sartori: Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (2010). Graduada em Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/FCL - Araraquara). Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental na Universidade de São Paulo (EESC/USP). Foi integrante do Grupo de Pesquisa “Sociedade e Recursos Hídricos” e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). E-mail: sartoriju@gmail.com

Layla Stassun Antonio: Cientista social (UFSCar) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP-São Carlos. Foi pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) do Departamento de Sociologia da UFSCar. E-mail: stassun.layla@gmail.com

Leticia Aparecida Rocha: Pedagoga (PUC-MINAS, 2009). Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Unimontes. Documentarista do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino (CPT/MG). Assessora do Movimento dos Pescadores Artesanais de Minas Gerais. E-mail: leticiarocheidp@gmail.com

Luana Fernandes dos Santos Azeredo: Assistente social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-graduanda em Gestão Estratégica de Pessoas pela Universidade Cândido Mendes. Pós-graduanda em Serviço Social Contemporâneo pela UFF. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Técnica social do Programa de Educação Ambiental da Petrobras na Bacia de Campos. E-mail: luana.fernandes.rr@gmail.com

Luciano Lourenço: Doutorado em Geografia Física pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde é professor associado com agregação e diretor do Curso de Geografia do 1º Ciclo. Possui mais de três centenas de títulos publicados, sendo diretor da revista *Territorium* e das séries de publicações “Geografia[s]” e “Riscos e Catástrofes”, publicadas pela Imprensa da Universidade de Coimbra. É diretor do Núcleo de Investigação Científica de Incêndios Florestais (NICIF), coordenador nacional do Projeto de Sensibilização e Educação da População Escolar (PROSEPE) e coordenador do Grupo 1 - Natureza e Dinâmicas Ambientais e da Linha 2 - Riscos Naturais e Antrópicos, do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), das Universidades de Coimbra, Porto e Minho, e presidente da direção da RISCOS - Associação Portuguesa de Riscos, Prevenção e Segurança. E-mail: luciano@uc.pt

Marcello Silva da Costa: Coronel bombeiro militar (combatente) e secretário da Secretaria de Defesa Civil e Políticas de Segurança da Prefeitura de Duque de Caxias (RJ). Graduado pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais do Corpo de Bombeiros (ESFAO-CBMERJ/1993); pós-graduado em Gerenciamento Estratégico nas Organizações (FESP/2009) e em Administração Escolar (Universidade Gama Filho/2002). E-mail: tcsilvacosta@gmail.com

Marco Antonio Sampaio Malagoli: Professor doutor em Psicologia Social e mestre em Recursos Florestais pela USP, professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes (RJ). Vice-coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Socioambientais (NESA/UFF Campos). E-mail: marcomalagodi@id.uff.br

Mário Augusto Vicente Malaquias: Mestre em Direito do Estado pela PUC-SP e promotor de justiça de Habitação e Urbanismo na Comarca da Capital (São Paulo), Ministério Público do Estado de São Paulo. E-mail: mariomalaquias@mpsp.mp.br

Neusa Francisca Nascimento: Socióloga - UNIMONTES, 2001. Agente do Conselho Pastoral dos Pescadores. E-mail: neusafranc@gmail.com

Norma Valencio: Economista, mestre em Educação e doutora em Ciências Humanas. Professora aposentada do Departamento de Sociologia da UFSCar, onde fundou e coordenou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED). É professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da USP, onde leciona, pesquisa e orienta em Sociologia dos Desastres. É consultora científica em segurança humana e desastres, especialmente na área de defesa civil e proteção civil. E-mail: normaf@terra.com.br

Renzo Taddei: Professor da UNIFESP, onde atua no Departamento de Ciências do Mar, campus Baixada Santista, e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, campus Guarulhos. Coordenador do Laboratório de Pesquisas em Interações Sociotecnicoambientais (LISTA). Doutor em Antropologia pela Universidade de Columbia, Nova York. É pesquisador associado do Comitatus Institute for

Anthropological Study e do Center for Research on Environmental Decisions, na Universidade de Columbia, em Nova York. E-mail: renzotaddei@gmail.com

Roberto do Carmo: Sociólogo, mestre em Sociologia e doutor em Demografia, com pós-doutorado na área de População, Ambiente e Distribuição Espacial. Professor do Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/UNICAMP) e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (NEPO/UNICAMP), bolsista produtividade do CNPq. E-mail: roberto@nepo.unicamp.br

Samira Younes Ibrahim: Psicóloga e psicoterapeuta humanista-transpessoal. Coordenadora da Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e Desastres. Facilitadora de grupos e consultora na área hospitalar. Docente de Pós-graduação de Enfermagem em Nefrologia e pós-graduanda em Gerenciamento de Crises. E-mail: samirayounes@gmail.com

Sérgio Portella: Doutorando do Programa de Doutorado “Território, Riscos e Políticas Públicas”, oferecido pela Universidade de Coimbra, Universidade de Lisboa e Universidade de Aveiro, Portugal (conclusão: dezembro/2015). Mestre em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (RJ). Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense. Atualmente é assessor da presidência da Fundação Oswaldo Cruz. Integrante do Grupo de Pesquisa do Centro de Estudos e Pesquisas de Desastres em Saúde (CEPEDES/FIOCRUZ). Secretário executivo da Rede Nacional de Pesquisadores em Desastres. E-mail: sportella@gmail.com

Simone Santos Oliveira: Pós-doutorado em Psicologia do Trabalho pela Faculdade de Psicologia e das Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (2012); doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2007); mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1995) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1985). Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP/FIOCRUZ). E-mail: sssoliver@gmail.com

Thaís Lopes Côrtes: Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Membro do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA/UFF Campos). Membro do Grupo de Estudos sobre Exercício Profissional do Serviço Social (GETEPSS/UFF Campos). E-mail: thaíslopescoertes@gmail.com

Virgínia Garcia Acosta: Antropóloga social e historiadora mexicana. Professora-pesquisadora do CIESAS (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social) desde 1974, tendo sido sua diretora acadêmica de 1997 a 2000 e subdiretora geral de 2004 a 2014. Membro da Academia Mexicana de la Historia, na qual ocupa a cadeira número 5, membro regular da Academia Mexicana de Ciencias e do Sistema Nacional de Investigadores. Áreas de especialidade: antropologia e história dos desastres e da alimentação. Publicou, como autora individual ou coordenadora, 24 livros e uma centena de artigos ou capítulos de livro no México e no estrangeiro. E-mail: vgarciaa@ciesas.edu.mx

Sumário

Apresentação	xi
--------------------	----

Seção I

Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências

Risco, perigo e crise: pragmatismo e contextualização	3
<i>Luciano Lourenço</i>	
La construcción social de la prevención. Un concepto en construcción	45
<i>Virginia García-Acosta</i>	
Conflitos em contextos de desastres relacionados com as águas	57
<i>Antenora Maria da Mata Siqueira</i>	
Desastres normais: das raízes aos rumos de uma dinâmica tecnopolítica perversa	79
<i>Norma Valencio</i>	

Seção II

Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares

Reino da necessidade <i>versus</i> reino dos direitos: desafios e impasses ao assistente social em contextos de desastres	123
<i>Dora Vargas</i>	
O ato de habitar a partir de um programa habitacional1	141
<i>Juliana Nazareno Mendes</i>	
Norma e anomalia em fenômenos climáticos na ecorregião de São Tomé	161
<i>Arthur Soffiati</i>	
A liberdade se equipara à vida	187
<i>Sergio Portella</i>	
Natureza e ambiente: o estudo dos desastres e a geografia	205
<i>Marco Antonio Sampaio Malagoli</i>	

Sentidos territoriais: a paisagem como mediação em novas abordagens metodológicas para os estudos integrados em riscos de desastres	229
<i>Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo, Eymar Silva Sampaio Lopes</i>	
O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ)	261
<i>Aline Silveira Viana</i>	
Experiência e produção de saberes, possibilidades de superação das vulnerabilidades: reflexões acerca do desastre da região serrana do Rio de Janeiro	291
<i>Simone Santos Oliveira</i>	
O lugar do saber local (sobre ambiente e desastres)	311
<i>Renzo Taddei</i>	
População, riscos, vulnerabilidades e desastres: conceitos básicos	327
<i>Roberto Luiz do Carmo</i>	
Rede socioassistencial: contribuições para o debate sobre desastres relacionados com a água	335
<i>Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo, Thaís Lopes Côrtes</i>	
Animais em contexto de desastre: o que podemos fazer para criar planos de contingência eficazes	355
<i>Layla Stassun Antonio</i>	
Memória social: fragmentos de um desastre	373
<i>Juliana Sartori</i>	

Seção III **Interpretações do meio técnico e da sociedade civil organizada**

Serviço Municipal de Capelania Pós-Desastre: Ministério de Socorros em favor das vítimas de desastres	389
<i>Marcello Silva da Costa</i>	
O trabalho do Ministério Público do Estado de São Paulo: contribuições para o anteprojeto de Revisão do Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo	407
<i>Mário Augusto Vicente Malaquias</i>	

A empatia no olho do furacão	415
<i>Samira Younes-Ibrahim</i>	
Memória da Associação das Vítimas das Chuvas de Teresópolis (AVIT)	431
<i>Cláudio Carneiro</i>	
O desastre das águas em Ururaí: visão da Associação de Moradores sobre enchentes, urbanização, política, mobilização social e a busca do bem comum	437
<i>Jocimar Gonçalves Lisboa</i>	
Escassez da água? O ônus da não preservação das águas do “Velho Chico”	461
<i>Letícia Aparecida Rocha, Neusa Francisca Nascimento</i>	
Perigos ambientais e políticos relacionados com a água na Baixada Campista, pela visão da reforma agrária: “uma coisa tá ligada à outra”	481
<i>David Barbosa do Nascimento</i>	
Ações técnicas e governamentais no contexto de enchentes em Campos dos Goytacazes/RJ	509
<i>Edison Pessanha</i>	

Apresentação

Das várias ambiguidades que demarcam a vida social contemporânea, uma, em especial, chama a atenção: a que revela, pelos vários sistemas de objetos tecnológicos que cercam a vida cotidiana, que estamos plenamente imersos na Era da Informação, mas que, contraditoriamente, joga sobre nós um *tsunami* de informação sobre banalidades. Isso nos satura de tal sorte que a alienação decorrente não permite saltos qualitativos na difusão e apreensão do pensamento crítico, tampouco seus desdobramentos na melhoria do bem-estar social.

O mal-estar da civilização a que se referiu Freud há quase um século (1930) – como sendo, dentre outros aspectos, uma consciência cultural de culpa que impossibilita extrair felicidade de progresso técnico extraordinário – mostra-nos sua culminância neste início do século XXI: a ciência e a técnica humanas parecem poder levar-nos muito longe, como espécie, seja ultrapassando o Sistema Solar, seja interseccionando realidades presenciais e virtuais; porém, a lógica econômica concentracionista e as práticas políticas dominantes não permitiram que combatêssemos a contento a insegurança alimentar e hídrica a qual estão submetidas bilhões de pessoas ao redor do mundo. Freud entendia *civilização* como “*a inteira soma das realizações e instituições que afastam a nossa vida daquela de nossos antepassados animais e que servem para dois fins: a proteção do homem contra a natureza e a regulamentação dos vínculos dos homens entre si*”. Contudo, adentramos o presente século com uma expiação civilizatória a cumprir, derivada do relativo consenso, na comunidade científica, de que as mudanças climáticas globais – e os eventos severos e extremos decorrentes – têm fortes causas antropogênicas. Os exuberantes avanços técnicos para controlar a natureza e pô-la a nosso serviço acarretaram efeitos colaterais que nos exigem reinventar os caminhos civilizatórios nas próximas décadas. Urge fazê-lo e, no entanto, segundo os especialistas, isso não nos livrará de um interstício no qual teremos de padecer entre riscos incomensuráveis e desastres catastróficos.

Tal contexto adverso coloca os riscos de desastres na mira daquilo que podemos discutir e tratar mais imediatamente, em termos preparativos e de resposta, por meio da mobilização de vários sujeitos, em diferentes escalas de inserção, com diferentes saberes e poderes úteis para proteger e resguardar os bens mais preciosos, segundo a escala de valores dos distintos grupos envolvidos. Isso torna atualíssima uma pauta de fortalecimento da ideia de proteção civil, de cuidado, de cidadania e de justiça. Entretanto, para lidar com essa pauta, com a seriedade com que a mesma merece ser

tratada, seria necessário um compromisso de suplantação da superficialidade em torno da informação. Não apenas do detalhamento do funcionamento da dinâmica ecossistêmica e da base física dependeria o sucesso da mitigação de prováveis danos e perdas coletivos e de grande monta, mas, sobretudo, de um tratamento analítico aprofundado acerca das especificidades socioculturais, sociopolíticas, socioeconômicas e psicossociais dos vários lugares e sujeitos sociais fragilizados.

Ter em conta, centralmente, a perspectiva das Humanidades para lançar luzes sobre o referido problema e refletir sobre as possibilidades de mudança, num contrabalanço ao debate atual excessivamente tecnicista e das ciências duras, é indispensável, uma vez que a estrutura e a dinâmica dessa sociedade multifacetada é que produzem e que serão perturbadas por tais crises. Os códigos de linguagem das Humanidades aproximam-nas do cerne dos graves desafios que poderão ser experimentados dentro em breve, assim como faz uma ponte importante, e de múltiplos acessos, junto àqueles que podem se reconhecer como parte do problema, como parte dos sistemas formais e informais de responsabilização gradual e, portanto, capazes de interagir, de modo consciente e consentido, com uma cota do esforço mobilizador em prol da proteção coletiva. Essa poderia ser uma oportunidade ímpar para que os sujeitos silenciados e degradados socialmente, ao longo da história (global, nacional, local), pudessem se exprimir livremente acerca das camadas de injustiças socioambientais que provocaram sua vulnerabilidade desproporcional; uma vez que tais desnivelamentos são passíveis de constatação, a discussão sobre estratégias de evitação de tragédias teria de perpassar medidas compensatórias aos mesmos. Daí por que a busca pelos fundamentos disciplinares – teóricos, conceituais e metodológicos – das Humanidades ser um ponto de partida à altura de tais desafios.

Apesar dessa imprescindível abordagem, ainda são raríssimos, no Brasil, os espaços de discussão sobre os riscos de desastres desde a perspectiva das Humanidades. Esta coletânea foi construída, assim, como uma dessas escassas oportunidades de reflexão aprofundada. Nela são reafirmadas ideias, mas também são trazidos novos elementos de reflexões, daquilo que foi discutido no Seminário Internacional **RISCOS DE DESASTRES RELACIONADOS À ÁGUA: aplicabilidade de bases conceituais das Ciências Humanas e Sociais para a análise de casos concretos**, ocorrido na Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes, em novembro de 2014, numa parceria entre o NESA/UFF e o NEPED/DS/UFSCar.

De um lado, os autores aqui reunidos clarificam a problemática supramencionada e apresentam aspectos da valiosa contribuição de suas *disciplinas científicas* de origem – a saber, o serviço social, a sociologia, a antropologia, a geografia, a história, a gerontologia, a demografia –, além da contribuição inestimável dos *saberes empíricos* – oriundos de lideranças comunitárias de povos tradicionais e de movimentos rurais, de periferias urbanas e de afetados nos desastres –, de *saberes profissionais* – como da área da psicologia – e *saberes técnicos* – da área do direito e de defesa civil.

Cada qual trouxe uma visão, no mais das vezes, complementar, mas também controversa, sobre esse objeto complexo que é o dos *riscos de desastres relacionados à água*. Riscos se referem a uma vasta gama de relações socioambientais que podem, de modo súbito ou processual, entrar em descompasso, suscitando perturbações de diferentes intensidades na vida prática de uma dada coletividade, a qual, por seu turno, apresenta diferentes condições de preparação para enfrentá-los. *Desastres* sinalizam que esse algo é uma ocorrência socialmente muito adversa, com danos e prejuízos não somente coletivos, mas de difícil recuperação. E, se são *relacionados à água*, trata-se de possibilidades de perturbações socioambientais graves nas quais, sob diferentes modos – formas de manifestação, de acesso, de disponibilidade e de qualidade –, esse elemento natural aparece como fulcral nas relações sociais de coesão ou de conflito. De modo geral, os proponentes sinalizam, em suas reflexões, que os desastres manifestos e os riscos de desastres são problemas da maior importância e deveriam merecer prioridade de tratamento. Isso porque a realidade concreta e os estudos apontam para seu processo de incremento, seja em virtude dos episódios passados, que deixaram feridas mal cicatrizadas, seja porque a dinâmica espacial atual está em rota de colisão com os limites ecossistêmicos, já num ponto de não retorno.

Ademais, mais se sabe sobre esse objeto se uma abordagem polissêmica for favorecida, tal como se buscou no conjunto desta obra, o que, a nosso ver, se coaduna com a heterogeneidade socioambiental do país e, ainda, permite que casos e questões que transcendem o espaço geográfico brasileiro sejam trazidos para subsidiar o exercício de aplicação da base conceitual e metodológica à nossa realidade.

Pode-se dizer que os 25 capítulos que compõem esta coletânea orientaram sua contribuição, no geral, para a constituição de um necessário “glossário humanístico” para o entendimento dos riscos de desastres; quiçá, em prol do melhoramento do glossário ora excessivamente tecnicista de defesa civil e, assim, provocando uma reorientação da marcha

interpretativa para que a mesma sirva melhor à proteção civil. Nesse intento, as contribuições foram divididas em três seções.

A primeira seção, intitulada *Problematizações conceituais e práticas introdutórias sob a perspectiva de quatro distintas ciências*, reúne, em seus respectivos capítulos, as contribuições de quatro autores de três diferentes países (Portugal, México e Brasil) – Luciano Lourenço (Universidade de Coimbra), Virgínia Garcia-Acosta (CIESAS), Antenora Siqueira (UFF) e Norma Valencio (USP) – e tem por foco trazer as diretrizes conceituais de cunho mais geral, respectivamente, da geografia, da antropologia, do serviço social e da sociologia sobre o tema dos riscos e dos desastres.

A segunda seção, *Singularidades analíticas e complementariedade entre diferentes abordagens disciplinares*, traz as mesmas matrizes disciplinares acima e outras – como a história, a demografia, a gerontologia – e visa dar maior clareza sobre como as reflexões de caráter mais conceitual e metodológico se articulam com a análise de casos concretos em que as estiagens, secas, enchentes e inundações contextualizam as tensões sociais, os desafios à prática profissional, na configuração do espaço, como também na busca de novos eixos para a solidariedade entre humanos e além deles, como, por exemplo, com animais. São treze os capítulos reunidos nessa seção, cujos autores são oriundos de sete diferentes instituições brasileiras, a saber: Dora Vargas (UNIVERSO), Juliana Mendes (UFF), Arthur Soffiati (UFF), Sérgio Portella (Fiocruz), Marco Malagoli (UFF), Antônio Miguel Vieira Monteiro, Claudia Paola Cardozo e Eymar Silva Sampaio Lopes (INPE), Aline Silveira Viana (USP), Simone Oliveira (Fiocruz), Renzo Taddei (UNIFESP), Roberto do Carmo (UNICAMP), Alessandra Nascimento Bernardo, Luana Fernandes dos Santos Azeredo e Thaís Lopes Côrtes (UFF), Layla Stassun Antonio (USP) e Juliana Sartori (USP).

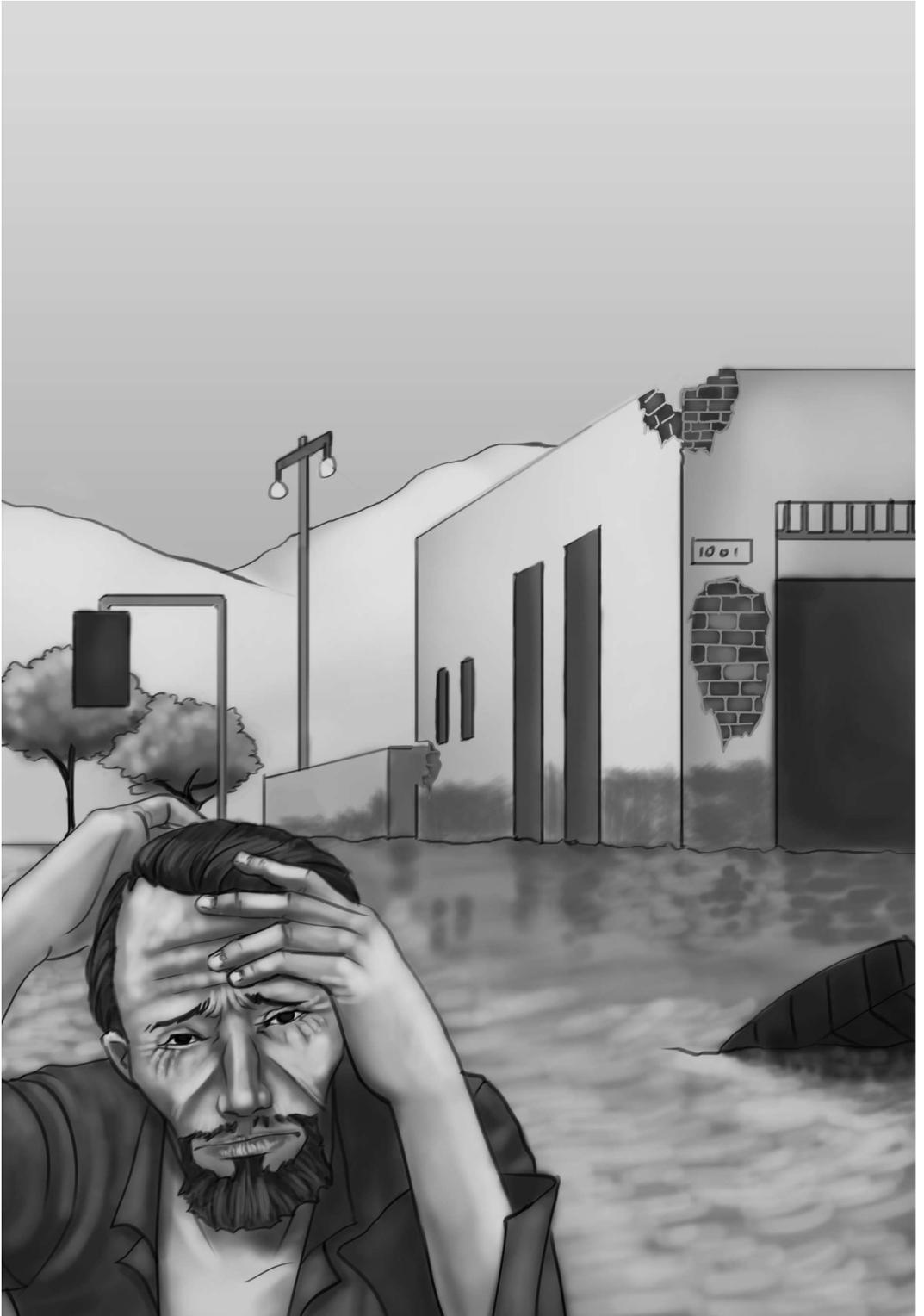
Por fim, a terceira e última seção traz as *Interpretações do meio profissional, técnico e da sociedade civil organizada* sobre os riscos e desastres, sendo oito capítulos produzidos por autores de oito diferentes inserções institucionais e comunitárias, a saber: Marcello Silva Costa (Secretaria Municipal de Defesa Civil de Duque de Caxias/RJ), Mário Augusto Vicente Malaquias (Ministério Público do Estado de São Paulo), Samira Younes Ibrahim (Rede de Cuidados – Psicologia das Emergências e Desastres/RJ), Cláudio Carneiro (AVIT), Jocimar Gonçalves Lisboa (Associação de Moradores de Ururaí, em entrevista a Marco Malagoli), Letícia Aparecida Rocha e Neusa Francisca Nascimento (UNIMONTES e Conselho Pastoral da Pesca/MG), Davi Barbosa do Nascimento (Associação de

Pequenos Produtores Rurais de Marrecas e Barbosa/Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Marco Malogoli) e, por fim Edison Pessanha (Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes/RJ, em entrevista a Jane Nunes).

Esperamos, assim, que o valor que porventura o leitor possa identificar em cada capítulo, que é uma expressão amostral de uma bagagem interpretativa mais vasta do respectivo autor sobre o problema, não o impeça de buscar o enovelamento entre as contribuições, as quais, em última instância, apontam para as incongruências e contradições do humano, na tessitura sócio-histórica de seu espaço e de suas relações sociais, desde o nível intersubjetivo ao de caráter institucional. Os autores apontam para o humano para nele, em seguida, fazer uma aposta mediante as inúmeras possibilidades de mudança de mentalidade, de luta e de enfrentamento visando ao rompimento com um destino coletivo potencialmente trágico.

Boa leitura!

Os organizadores



O enfrentamento individual, interpessoal e coletivo de idosos e familiares no contexto de desastre: o caso de Teresópolis (RJ)¹

Aline Silveira Viana

O enfrentamento na literatura

Nos levantamentos preliminares iniciados em 2012 junto ao NEPED/UFSCar e nos efetuados até 2014 – para a realização da dissertação de mestrado da qual este capítulo deriva – observei, na literatura sobre idoso em contexto de desastre, predominância de pesquisas em saúde focadas no aspecto biológico e psicológico, principalmente sobre quadros de estresse pós-traumático. Na área de gestão, por outro lado, há a preocupação marcante com a construção de guias e manuais técnicos sobre a fase de resposta e preparação. No entanto, em sua maioria, sem consultar e ter participação ativa dos grupos afetados.

Nas ciências exatas e na geografia retratam-se majoritariamente, por sua vez, o desastre como “natural” e as populações afetadas em geral como moradores de “área de risco”. Comumente, o discurso presente na literatura das ciências exatas, da geografia e da saúde, por diversas vezes, traz um olhar unilateral, estereotipado e homogeneizado sobre o idoso, a velhice e o processo de envelhecimento. Nas políticas públicas, a tendência de considerar o idoso frágil, vulnerável e um grupo homogêneo para intervenção também é muito presente. Mas, afinal, na literatura, quais são as estratégias de enfrentamento adotadas pelos idosos, particularmente no que concerne aos estudos da área da saúde consultados?

Dado a concepção atual sobre saúde difundida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), de esta ser o “estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de enfermidade ou invalidez”, esperava-se estudo nessa área abordando diferentes aspectos da vida de sujeitos idosos e formas variadas de enfrentamento, considerando a pluralidade de “velhices” existente. Como apresentado, estudos da saúde focavam em demasia em enfermidades. Por outro lado, as estratégias escolhidas pelos idosos para o enfrentamento aparecem na literatura

1. Reflexões realizadas a partir do estudo “Idoso, família e desastres: Uma discussão na interface da sociologia e gerontologia a partir da análise do caso de Teresópolis/RJ”, com financiamento CAPES (2013-2015).

sob diversos modos, haja vista a integração de estudos de diferentes áreas para a realização desta pesquisa. Esse leque de formas observadas na literatura resulta da multidimensionalidade da afetação nos desastres, dos diferentes modos pelos quais os indivíduos os compreendem e da variabilidade dos recursos disponíveis aos afetados.

Influi nesse processo, portanto, o fato de existir diferentes formas de conceituar os desastres, de compreender o processo de afetação e de enfrentamento nesses cenários. Vale deixar registrado que, para a realização deste estudo, a concepção adotada foi a da Sociologia dos Desastres, com base em autores como Valencio (2012) e Quarantelli (1998). De forma sucinta, os desastres constituem um processo social, marcado por sobreposições de crises (civilizacional, aguda e crônica) sobre populações em processo de vulnerabilização. Estes perpassam o tempo cronológico, tomando uma dimensão social, um tempo social, como é muito abordado na área. Assim, com a crise aguda, as rupturas nas dimensões materiais, simbólicas e interpessoais que compõem a vida cotidiana dos sujeitos perduram *para além do “dia do desastre”* (cf. VALENCIO, 2012).

No enfrentamento dos desastres, idosos utilizam mecanismos individuais e coletivos para lidar com as rupturas nas diferentes esferas da vida cotidiana. Esses mecanismos podem ser fortalecidos pela atenção do setor de saúde e assistência social, todavia, é importante que as práticas de atenção aos idosos não sejam homogêneas ou homogeneizadoras, haja vista a heterogeneidade do segmento idoso, do processo de envelhecimento e das relações sociais envolvidas.

Muitos estudos na área da saúde trazem uma visão da afetação em termos de sinais e sintomas, sendo variadas as consequências destes para os idosos, enquanto estudos na área de ciências sociais discutem a afetação focalizando as relações sociais e o âmbito da vida pública e privada. Na área da saúde mental, predominam estudos internacionais, com abordagem das teorias cognitivas de estresse, tendo como principal conceito o enfrentamento (*coping*). Destacaram-se, nessa abordagem, estudos acerca do transtorno do estresse pós-traumático (TEPT) e de sintomas depressivos, embora pesquisas realizadas em diferentes contextos socioculturais tenham relacionado os impactos de eventos estressantes na saúde global e na qualidade de vida de idosos. Ainda que seja uma linha válida e importante adotada na área da saúde, compõe uma corrente teórica paralela à corrente da Sociologia dos Desastres aqui preconizada, na qual as relações sociais e o meio social, e não apenas os fatores biológicos e psicológicos dos indivíduos, constituem a raiz da afetação nos desastres.

Os estudos na corrente do estresse pós-traumático priorizam, conseqüentemente, a atuação sob o estado individual de saúde após a crise aguda, não cabendo, portanto, um debate sobre fragilidades sociopolíticas que corroboram para o desenvolvimento de patologias e alterações no quadro clínico dos sujeitos.

De forma geral, as estratégias de enfrentamento adotadas podem ser compreendidas, principalmente, na perspectiva da psicologia, como mecanismos de autorregulação do *self*, por meio dos quais as pessoas se adaptam ou procuram se adaptar a circunstâncias estressantes. O enfrentamento, na área da psicologia, tido como *coping*, tem diferentes definições e correntes de estudo, embora a concepção empregada pelo grupo de Folkman e Lazarus seja a mais utilizada. Note-se que na presente pesquisa optou-se por investigar as estratégias e não os estilos de enfrentamento. A primeira refere-se às ações cognitivas e comportamentais adotadas pelos indivíduos diante de fatores situacionais, enquanto a segunda foca as características de personalidade dos sujeitos (ANTONIAZZI; DELL'AGLIO; BANDEIRA, 1998).

Na perspectiva do grupo de Folkman e Lazarus, as estratégias de enfrentamento podem focalizar o problema ou a emoção. Há situações em que ambas são utilizadas, mas ressalva-se que a referente ao problema é usualmente empregada quando há a possibilidade de modificar a situação. E, voltada à emoção, geralmente é utilizada em situações estressantes cuja origem não pode ser modificada (IDEM, 1998). As autoras apontam ainda uma terceira estratégia, a focalizada nas relações interpessoais, por meio da qual o indivíduo utiliza sua rede de suporte social para o enfrentamento da situação adversa.

Os estudos resultantes da revisão destacam a ocorrência de transtornos mentais, transtornos do humor e pensamentos suicidas entre idosos afetados por desastres, assim como ressaltam o reflexo de situações estressantes na qualidade de vida (QV)² desses indivíduos. De forma geral, em diferentes contextos, na velhice a dinâmica de enfrentamento de

2. A QV é definida pela OMS (1997, p.1) como a “percepção do indivíduo de sua posição na vida no contexto dos sistemas de cultura e de valores em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Conforme continuam (1997, p.1), a QV “é um conceito amplo que é afetado de forma complexa pela saúde física da pessoa, estado psicológico, nível de independência, relações sociais, crenças pessoais e sua relação com características relevantes de seu ambiente”. Para mais informações sobre QV na velhice, especificamente no contexto brasileiro, consultar o livro: NERI, A. L. (Org). **Qualidade de vida na velhice**: enfoque multidisciplinar. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2007 (Coleção Velhice e Sociedade).

eventos estressantes pode englobar tanto estratégias disposicionais quanto situacionais, embora atualmente o enfoque de análise e tratamento dessa dinâmica ocorra predominantemente na perspectiva situacional (NERI; FORTES, 2006). E a adaptação a esses eventos dependerá da intensidade destes, do que o idoso considera funcional para sua adaptação, como ele avalia a situação, como compreende o grau de controlabilidade desta e quais os repertórios possíveis de ser utilizados no enfrentamento. Assim, de acordo com as estratégias adotadas e posicionamentos tomados, os desdobramentos desses eventos para a saúde poderão variar em intensidade e duração (NERI; FORTES, 2006).

Há que se considerar a variação da gravidade dos sintomas após eventos traumáticos, podendo ser de leve a severa, de curta ou longa duração, nos diferentes segmentos etários. Especificamente na área de saúde mental, os CDCs (*Centers for Disease Control and Prevention*), em 2012, publicaram a revisão *Disaster mental health primer: key principles, issues and questions*, em que exemplificam, dentre outros, as principais reações psicológicas leves, moderadas e severas expressas por pessoas afetadas em geral nos desastres. Dentre as informações, apresentaram o Gráfico 1, no qual relacionaram a proporção de pessoas afetadas, a severidade e a quantidade de sintomas.

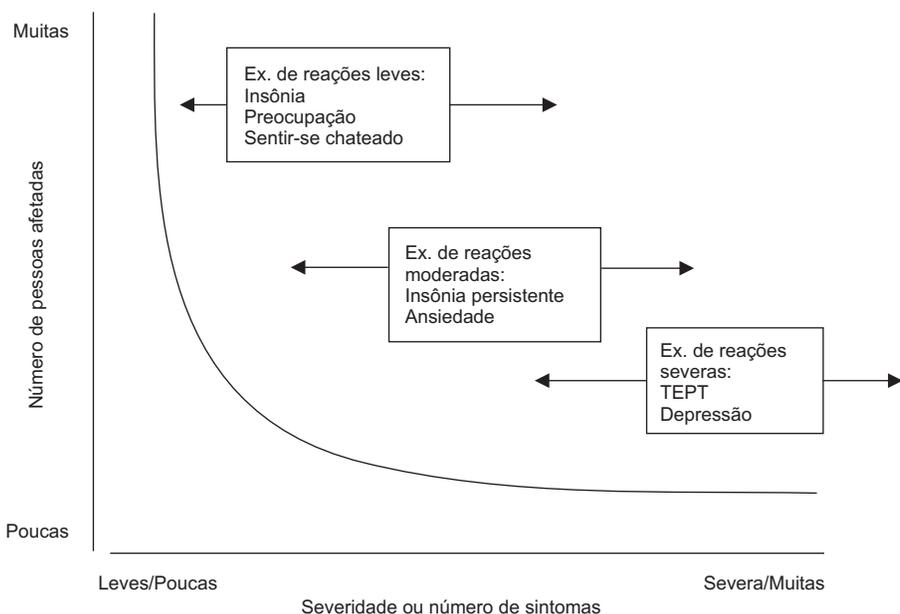


Gráfico 1 Severidade da reação psicológica após evento traumático.

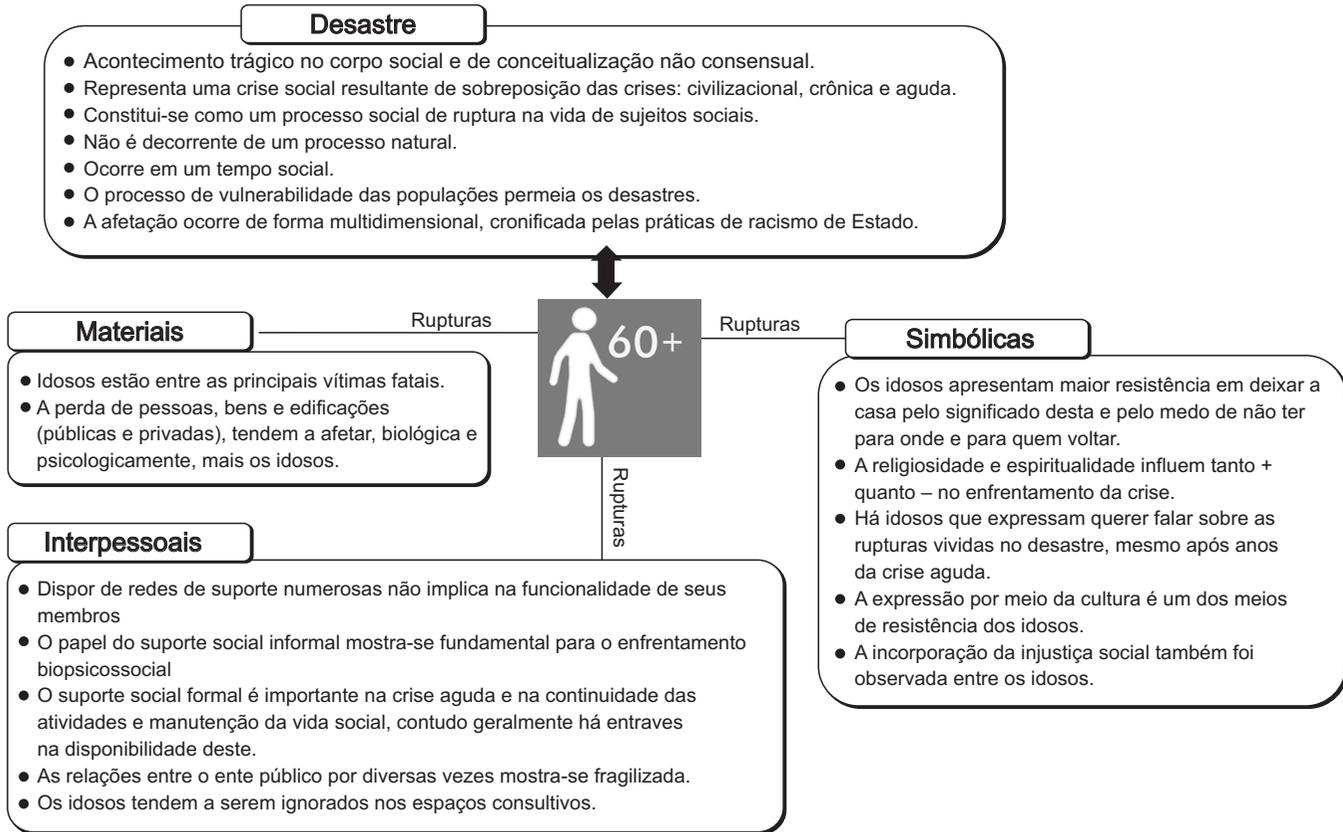
Fonte: Traduzido pela autora a partir de CDC (2012).

Analisando o gráfico observa-se que a quantidade de pessoas afetadas com sintomas tende a diminuir à medida que aumenta a severidade ou número de sintomas. Contudo, os sintomas severos podem ter desfechos clínicos importantes quando não tratados e acompanhados adequadamente, como o quadro de TEPT.³ O TEPT, muito estudado na literatura da saúde acerca dos desastres, pode apresentar-se como um quadro agudo (até dois meses) ou crônico (duração indefinida), demandando tratamento farmacológico e intervenção psicossocial de equipe multiprofissional. É indispensável, no entanto, em grupos de risco como os idosos, levar em consideração especificidades biopsicossociais relacionadas com o processo de envelhecimento para o correto acompanhamento e tratamento (KNIGHT et al., 2000; JIA et al., 2010; SUZUKI et al., 2011; PIETRZAK et al. 2012; BEI et al., 2013; PIETRZAK et al. 2013).

No Brasil, entretanto, estudos sobre memória social e suporte social de idosos predominam, em uma perspectiva da Sociologia dos Desastres e interface desta com a Gerontologia (ZAGO, 2006; SARTORI, 2012, 2014; COSTA et al., 2012; VIANA et al., 2012a; VIANA et al., 2012b; VIANA et al., 2014; VIANA, 2014). Os estudos nacionais reforçam que as políticas voltadas para a atenção à pessoa idosa não garantem, de fato, a efetivação de direitos em caso de desastres, haja vista a distância existente entre a legislação e sua implementação. Mas, de forma geral, o que sabemos hoje sobre idoso em contexto de desastre? O Quadro 1 foi produzido como síntese da revisão bibliográfica, e a divisão em dimensões foi proposta de acordo com as dimensões que seriam estudadas na dissertação de mestrado. Não sendo encontrada previamente na literatura, portanto, tal divisão ou quadro teórico.

A partir da revisão bibliográfica, indagou-se como se dá o processo de enfrentamento sob a ótica da pessoa idosa e seus familiares diante do contexto de desastre no país. Para isso, propôs-se descrever e analisar, numa perspectiva de interface da sociologia e da gerontologia, dimensões materiais, simbólicas e interpessoais de afetação de idosos e familiares, bem como as estratégias de enfrentamento adotadas por estes a partir do caso de Teresópolis (RJ).

3. De acordo com a psiquiatra Dirce Perissinotti, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), em entrevista publicada pelo portal da instituição, o tratamento farmacológico engloba a associação de medicamentos antidepressivos, inibidores seletivos da recaptação de serotonina e ansiolíticos, os quais auxiliam inclusive na psicoterapia do paciente. Disponível em: <<http://www.psiquiatria.unifesp.br/sobre/noticias/exibir/?id=63>>. Acesso em: 21 set. 2014.



Quadro 1 Quadro esquemático síntese da revisão sobre idoso em contexto de desastre. Fonte: a autora (2015).

Os percursos metodológicos traçados para tal tiveram por base um recorte qualitativo, na utilização de três técnicas integradas: a de levantamento bibliográfico, a de análise documental e a de pesquisa de campo. Para fins de maior proximidade com a literatura do tema de desastres, desde uma perspectiva humanística e biopsicossocial, foram selecionadas e analisadas obras impressas e digitais para embasar as discussões a partir da pesquisa de campo e análise documental. Para as obras digitais foram consultadas as bases: Portal Capes, Scielo.br, ScienceDirect, Medline, Pubmed, Schollar.Google, Sociological Abstracts e Ebsco, utilizando principalmente os descritores “*Elderly*” e “*Disaster*”, embora também se tenha feito associação com “*Brazil*”.

Para as análises documentais, consultaram-se bases de dados pré-selecionadas, em duas etapas: na primeira, a busca de registros oficiais referentes a desastres ocorridos nos bairros Caleme e Campo Grande, situados em Teresópolis, e, na segunda, a busca de registros jornalísticos *on-line* acerca dos desastres ocorridos nos bairros em questão.

Referente à pesquisa de campo, após levantamento prévio de dados, Teresópolis foi escolhido por ter sido local de um dos desastres mais catastróficos recentes, estando entre os três municípios com maior número de mortos, o qual acometeu vários municípios do Estado do Rio de Janeiro em janeiro de 2011, contudo, em maior magnitude os da região serrana.

Para fins de aprofundamento analítico, após levantamento documental e reconhecimento de campo, foram selecionados dois bairros severamente afetados em janeiro de 2011: o Campo Grande e o Caleme. E, nestes, optou-se por uma análise microssociológica para compreensão de aspectos da afetação e enfrentamento de sujeitos idosos e seus familiares no desastre em curso no município. Utilizou-se, nessa fase, do diário de campo, da fotodocumentação e de entrevistas abertas. Seguiram-se as orientações do Código de Ética da Sociedade Brasileira de Sociologia e foi solicitado consentimento informal oral de todos os entrevistados. As inserções em campo ocorreram em janeiro de 2013, abril de 2014 e janeiro de 2015, contando com as entrevistas de 19 idosos, seis membros familiares e cinco membros da comunidade. As entrevistas duraram de 12 minutos a 2 horas e 35 minutos, e foram gravadas apenas oito delas, de acordo com o consentimento dos sujeitos, totalizando 4 horas e 38 minutos de gravação.

Considerações iniciais acerca do idoso e o contexto dos desastres

Levando em consideração que vivemos em um país onde 12,1% da população é representada por idosos – com projeção de aumento desta passando para 22,71% em 2050 (IBGE, 2008, 2010) –, compreender as dimensões biopsicossociais do envelhecimento é importante para o planejamento de ações conjuntas e adequadas a curto, médio e longo prazos. Para tal, é fundamental conhecer a realidade vivida por esses sujeitos sociais e dar-lhes voz e espaço para participar do processo de construções de ações voltadas ao segmento. Isto se reforça em vista da ampliação das demandas, em diferentes setores da sociedade, com o progressivo envelhecimento populacional e mudanças demográficas, sociais, econômicas e epidemiológicas correlacionadas. Por isso, a importância das contribuições e intervenções da Gerontologia nos diferentes setores e o diálogo inter- e multidisciplinar acerca do processo de envelhecimento.

Atrelado a esse cenário, há a crescente ocorrência de desastres no país. Segundo o Atlas Brasileiro de Desastres Naturais, entre 1991 e 2012, houve 38.996 registros oficiais sobre a ocorrência de desastres, cuja contabilização de pessoas afetadas somou 126.926.656. Destes, 3.448 faleceram, sendo 2.294 apenas na região Sudeste. Na mesma região, o Estado do Rio de Janeiro (RJ), com destaque para a região serrana, recorrentemente é afetado por desastres, como pode ser observado na Tabela 1. Os dados públicos disponíveis são referentes aos reconhecimentos federais de decretação de Situação de Emergência (SE) e Estado de Calamidade Pública (ECP) feita pela Defesa Civil de municípios e do Estado do RJ. Como se observa na Tabela 1, o ano de 2011 foi um dos com maior presença de decretação de ECP e, conseqüentemente, quantidade de óbitos, desabrigados, desaparecidos, desalojados e afetados em geral no Estado do Rio de Janeiro (UFSC, 2013).

No contexto de desastres, dentre os afetados, é importante a preservação da dignidade e proteção a grupos considerados legalmente como mais vulneráveis, dentre eles, o de idosos. Embora o Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, elaborado pela ONU e acordado em 200 – com o apoio brasileiro na instância federal, inclusive na reprodução e divulgação deste –, já apresentasse a preocupação do atendimento aos idosos em situações de emergência, após este, na legislação federal, apenas há a menção aos idosos na atualização da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC) de 2012. Mesmo com a promulgação do

Estatuto do Idoso (2003) e da Política Nacional de Atenção à Pessoa Idosa (2006), o idoso no contexto de desastre não foi devidamente contemplado.

Tabela 1 Reconhecimentos de ECP e SE no Estado do Rio de Janeiro entre 2003-2014.

Ano	Municípios	Reconhecimentos	ECP	SE
2014	2	2	0	2
2013	11	12	0	12
2012	18	22	0	22
2011	27	30	7	23
2010	36	46	3	43
2009	32	42	2	40
2008	4	4	0	4
2007	31	45	0	45
2006	4	4	0	4
2005	5	5	0	5
2004	16	18	0	18
2003	26	35	5	30

Fonte: Sistematizado pela autora a partir de dados do Ministério da Integração Nacional (2003-2014).

Concernente aos idosos, independentemente de situação de emergência, temos respaldo da Constituição Federal Brasileira de 1988 (CF/88), a qual dispõe ser dever conjunto entre família, Estado e sociedade prover cuidados e garantir condições dignas à pessoa idosa. Soma-se a esta a Lei Orgânica da Assistência Social (BRASIL, 1993), cujas disposições incluem as ações assistenciais de caráter de emergência, mas sem fazer observações quanto ao atendimento/planejamento de ações voltadas aos grupos mais vulneráveis. Contudo, como um dos objetivos da assistência social é “a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à **velhice**” (BRASIL, 2011, grifo da autora), há uma expectativa de proteção/planejamento/intervenções ao segmento idoso. Mas este nem sempre ocorre, como foi observado nos relatos dos idosos, familiares e membros da comunidade entrevistados em Teresópolis (RJ).

Apenas em 2012 vê-se a inclusão do segmento dentre as preocupações centrais do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil (CONPDEC). A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, no Art. 12º, inciso IV, dispõe como finalidade do CONPDEC “propor procedimentos para atendimento a crianças, adolescentes, gestantes, **idosos** e pessoas com deficiência em

situação de desastre” (BRASIL, 2012, grifo da autora). Contudo, não são apresentadas especificidades sobre os procedimentos a serem adotados, assim como não houve a promulgação de decretos ou complementações acerca dos procedimentos.

Somente em 2013 o governo federal lançou um protocolo acerca dos padrões mínimos de proteção a seguimentos considerados vulneráveis, para orientar diversos setores e atores sociais, entidades, agências políticas e instituições do setor privado. Essa iniciativa deu-se após a ocorrência simultânea de desastres na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, em 2011, a partir da qual se formou o Grupo de Trabalho Interministerial, congregando dez órgãos do Poder Executivo Federal para a definição de um protocolo de proteção a segmentos mais vulneráveis. Como resultado dessa ação conjunta, em setembro de 2013, foi publicado pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) o Protocolo Nacional conjunto para proteção integral a crianças e adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de riscos e desastres.

Especificamente ao público idoso, as orientações dão-se por meio de diretrizes para as políticas de atendimento e ações de proteção integral em contexto de exposição a risco e/ou de desastre. As diretrizes são apresentadas para serem aplicadas em três diferentes momentos – de prevenção e preparação, de resposta e de recuperação – e de acordo com cada área de atuação: intersetorial; proteção e defesa civil; saúde; assistência social; educação; e segurança pública. Esse protocolo de fato representa um avanço para pensar ações de prevenção à recuperação do segmento, ao estimular a participação e envolvimento comunitário. Como se trata de um protocolo com adesão voluntária, poucos estados e municípios aderiram a ele, sendo que não consta essa adesão no site do município de Teresópolis e do Estado do Rio de Janeiro. Caso ainda não tenham aderido, isso significaria uma ação contraditória, pois foi justamente por causa das limitações observadas nos desastres na região serrana em 2011 que o protocolo foi pensado. Embora o protocolo seja um avanço, na ausência de implementação, as limitações e as eficácias das ações pensadas ficam longe do plano concreto. Todavia, é necessária muita cautela na realização das ações do protocolo, pois um elemento primordial não foi considerado, a voz dos afetados, o público-alvo desse documento.

Vale destacar que ao idoso é incumbida historicamente a função social de lembrar (BOSI, 2003). E, mesmo nos casos de alteração cognitiva e com comprometimento de funções como memória e linguagem, a função social do idoso de representar a construção social de uma coletividade,

acerca de lugares e de relações estabelecidas, permanece. Essa memória é passada às novas gerações por meio de elementos bibliográficos, sejam eles materiais, espaciais, interpessoais ou simbólicos. Com a deflagração do desastre na *vida cotidiana*⁴ dos sujeitos, por sua vez, há mudanças em diferentes dimensões da vida – como a simbólica, a interpessoal e a material – desdobrando-se na vida cotidiana de sujeitos afetados, na conformação da memória, bem como no *habitus*⁵ destes.

“[...] um acontecimento realmente grave sempre causa uma mudança nas relações do grupo com o lugar, seja porque modifique o grupo em sua extensão, [...] seja porque modifique o lugar [...]. A partir desse momento, não será mais exatamente o mesmo grupo nem a mesma memória coletiva; mas, ao mesmo tempo, o ambiente material não mais será o mesmo” (HALBWACHS, 2004, p.140).

Apresentação do caso de Teresópolis (RJ): breve panorama oficial

Os desastres ocorridos na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, nos primeiros dias de janeiro de 2011, foram marcados por intensa precipitação, por deslizamentos de massa e rolamento de pedras, em uma região de terrenos com alta declividade e população historicamente em processo de vulnerabilização. O evento ocorrido na madrugada de 12/01/2011 foi reconhecido por portaria federal como estado de calamidade pública e decretado como tal pelo decreto municipal n° 3.988, de 12 de janeiro de 2011.

Em 2011, as fragilidades do ente público com seus municípios novamente se puseram em evidência. No entanto, como não foi divulgado o relatório de avaliação de danos referente ao ano de 2011 no site do Ministério da Integração

4. Por vida cotidiana compreende-se que esta não se resume aos “usos e costumes” e rotinas presentes na vida privada e na cotidianidade (MARTINS, 1996). Embora as dimensões histórica e temporal sejam importantes à noção de vida cotidiana, pois a contextualizam, a vida cotidiana que o homem simples vivencia é formada por instabilidades, choques, rupturas e desafios constantes (MARTINS, 1998).

5. É importante explicitar que por *habitus* se entende uma capacidade de gerar produtos, tais como pensamentos, percepções, expressões e ações, marcados pelas condições histórica e socialmente situadas de sua produção. Assim, no *habitus* está presente a dialética entre a exterioridade/o meio social e a interioridade/ indivíduo (BOURDIEU, 1989). Em outras palavras, o *habitus* em Bourdieu pode ser compreendido como:

[...] um sistema de esquemas individuais, socialmente construído de disposições estruturadas (no social) e estruturantes (nas mentes), adquirido nas e pelas experiências práticas (em condições sociais específicas de existência), constantemente orientado para funções e ações do agir cotidiano (SETTON, 2002, p.63).

Nacional, empreendeu-se, neste trabalho, um esforço para reunir informações oficiais sobre o desastre em Teresópolis (RJ). Contudo, com as divergências de estatísticas oficiais, assim como ausência de informações públicas, estas se desencontram e as reais proporções dos danos humanos e materiais são silenciados, neste que tem se mostrado o desastre mais catastrófico recente. Segundo dados obtidos no Relatório Diário de Desastres da Subsecretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil, atualizado em 14/07/2011, há duas descrições de danos e afetação para a mesma data, como pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 Ocorrências de chuva em Teresópolis (RJ), verão 2010/2011.

Ocorrência	Data	Desalojados	Desabrigados	Vítimas		Afetadas	Edificações	
				Parciais	Fatais		Danif.	Destr.
Enxurradas ou Inundações Bruscas	12/01/2011	6956	187	267	71	50000	1516	0
Enxurradas ou Inundações Bruscas	12/01/2011	9110	6727	555	388	0	0	0
Enchentes ou Inundações Graduais*	24/12/2010	139	0	2	0	3400	1	0

*Dados retirados dos formulários de “Nopred” enviados pelo município. Fonte: Subsecretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil. Atualizado às 11 horas do dia 14/07/2011.

Dados obtidos por meio da Defesa Civil do Estado do Rio de Janeiro por pesquisadores da Fiocruz, no artigo de Freitas et al. (2012), apontam que em Teresópolis houve 9.110 pessoas desalojadas, 6.727 desabrigadas e 392 óbitos confirmados, embora o dado sobre óbitos não seja ratificado em outras fontes. Os dados oficiais e da literatura não condizem também ao exposto no Plano de Habitação de Interesse Social (PHIS) de Teresópolis, no qual cerca de 5.000 famílias ficaram desabrigadas e 6.000 desalojadas. O Atlas de Desastres Naturais diverge ainda sobre o número de mortos ($n = 387$) e total de afetados ($n = 17.000$) (UFSC, 2013). Contudo, todas as fontes citadas até o momento não discorrem especificamente sobre o número de desaparecidos no município.

Dez meses após janeiro de 2011, das 322 comunicações feitas de desaparecimento, ainda havia cem pessoas desaparecidas e, destas, 16 eram idosas (VALENCIO, 2012). Atualmente, em levantamento realizado nos dados do Programa de Identificação e Localização de Desaparecidos – do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro –, constatou-se que, em Teresópolis, dos 295 comunicados de desaparecimento em decorrência do

desastre, ainda há 113 comunicações em processamento, ou seja, em que não se localizaram com vida ou foram decretadas como óbito. Destes, 48% continham informação sobre a idade, a qual é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 Distribuição dos desaparecidos no desastre por faixa etária, em Teresópolis, atualizado em 2013.

Faixa etária	Número	Frequência
0 a 9 anos	13	24,1%
10 a 19 anos	6	11,1%
20 a 29 anos	11	20,4%
30 a 39 anos	6	11,1%
40 a 49 anos	6	11,1%
50 a 59 anos	5	9,3%
60 anos ou mais	7	13,0%

Fonte: Da autora, a partir do Programa de Identificação e Localização de Desaparecidos, do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

Especificamente sobre o óbito de idosos com 60 anos ou mais, embora não seja discriminada no Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) a causa, observou-se crescimento de óbitos no ano de 2011 no município. Como se observa no Gráfico 2, em 2011 há um pico de crescimento de 8,4% no número de óbitos entre idosos residentes em comparação com o ano anterior e de 5,8% em relação ao período (2009-2012), decaindo em 2012, embora continue elevado diante dos anos anteriores.

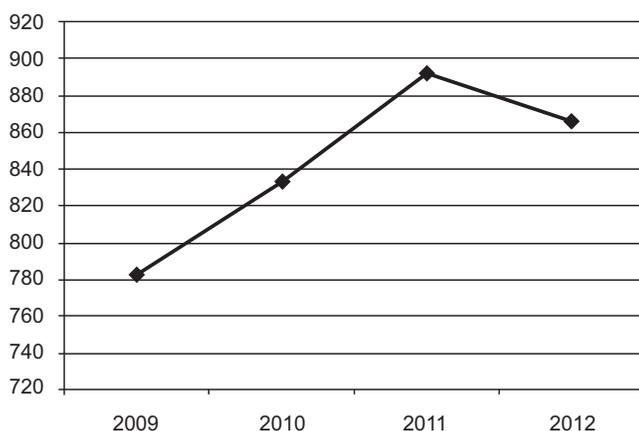


Gráfico 2 Óbitos por residência de pessoas com 60 anos ou mais, por ano do óbito.

Fonte: MS/SVS/CGIAE - SIM (2009-2012).

No âmbito de óbitos no contexto hospitalar (Gráfico 3), não foi observado o mesmo padrão no período de jan/2009-jan/2014. Foi possível notar crescimento significativo entre maio e agosto de 2011, sendo o número máximo de óbitos, entre 2009 e 2014, registrado no mês de agosto de 2011.

Como o objetivo deste estudo foi compreender o desastre sob a ótica da pessoa idosa e seus familiares, é importante observar a representatividade do segmento idoso em geral na população de Teresópolis.

A partir de dados do último censo populacional, o município apresenta alta representatividade de idosos, com percentual de 13,2%, acima, portanto, da média nacional (IBGE, 2010). Cabe destacar que o município já dispunha de um histórico de 22 leis referentes ao público idoso, sendo uma delas complementar. Dentre as leis, há a Política Municipal do Idoso (PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS, 1998), com a criação do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, e a Lei nº 0119, de 20/12/2008, cuja disposição cria a Secretaria Municipal de Assuntos Especiais da Terceira Idade.

Em tese, essas ferramentas deveriam ser empregadas também na proteção à vida e à dignidade dos idosos em contexto de desastre, como visto no Art. 14, inciso III, do Capítulo IV da referida lei, segundo o qual é competência da SMDS, na implementação da Política Municipal do Idoso, “garantir prioridade de atendimento ao idoso em situações de emergência e risco social e nos demais serviços sociais prestados à população”.

De acordo com a literatura, há aumento de óbitos de idosos entre os meses de maio e agosto, decorrente principalmente de doenças respiratórias (DUTRA et al., 2010). Contudo, não é possível determinar se o desfecho clínico é consequência de complicações apresentadas a partir da instalação da crise aguda do desastre, no caso teresopolitano, por não haver informações disponíveis.

Como nos meses de junho e agosto de 2011 houve aumento no número de óbitos de pacientes em atendimento hospitalar, seria necessário um estudo mais aprofundado, explorando as causas dos óbitos de idosos, para determinar as correlações dos danos sofridos no desastre com os diferentes desfechos clínicos.

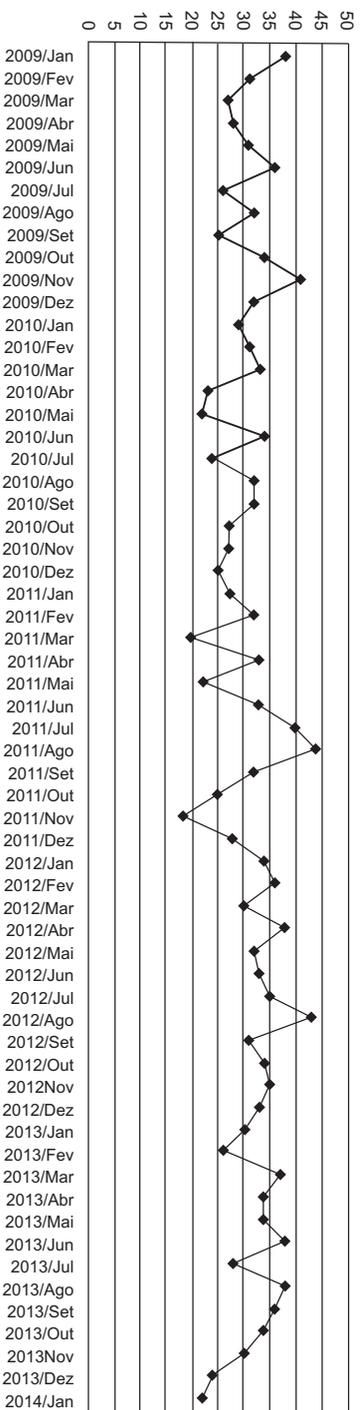


Gráfico 3 Óbito de pessoas com 60 anos ou mais por ano/mês em atendimento hospitalar pelo SUS no município entre jan/2009-jan/2014. Fonte: MS/SIH/SUS (jan/2009-jan/2014).

Apresentação do caso de Teresópolis (RJ) a partir do relato dos idosos e familiares no enfrentamento do caos velado

Na memória dos idosos entrevistados, a perda humana foi superior à descrita oficialmente. Estes apontam os membros da família e da comunidade falecidos e desaparecidos como as perdas mais significativas vivenciadas no desastre. Além da perda do convívio com aqueles que compunham suas redes e sobreviveram. Em uma tentativa de resgatar a memória de pessoas idosas afetadas e de membros de suas redes sociais também idosas, foram construídos mapas representativos de idosos que permaneceram, mudaram-se ou faleceram em 2011 nos bairros Caleme e Campo Grande (Figuras 1 e 2).

De acordo com os entrevistados, cerca de 4000 pessoas viviam no Campo Grande até 2011 e, em janeiro de 2015, os moradores apontaram que em torno de 50 pessoas habitavam o bairro. No Caleme, os entrevistados não souberam precisar quantos saíram ou faleceram/desapareceram após 2011 no bairro, mas mencionaram que 23 famílias foram afetadas; destas, apenas quatro pessoas que não estavam em suas casas durante o deslizamento teriam sobrevivido.

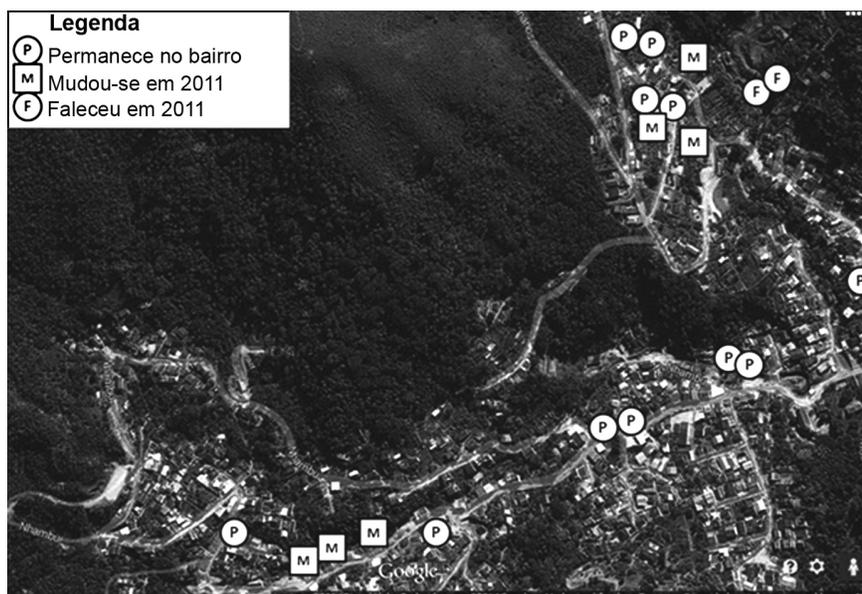


Figura 1 Mapa esquemático de idosos que permaneceram, mudaram-se ou faleceram em 2011 no Caleme. Fonte: Da autora, a partir da imagem de satélite do Google Maps, 2015.

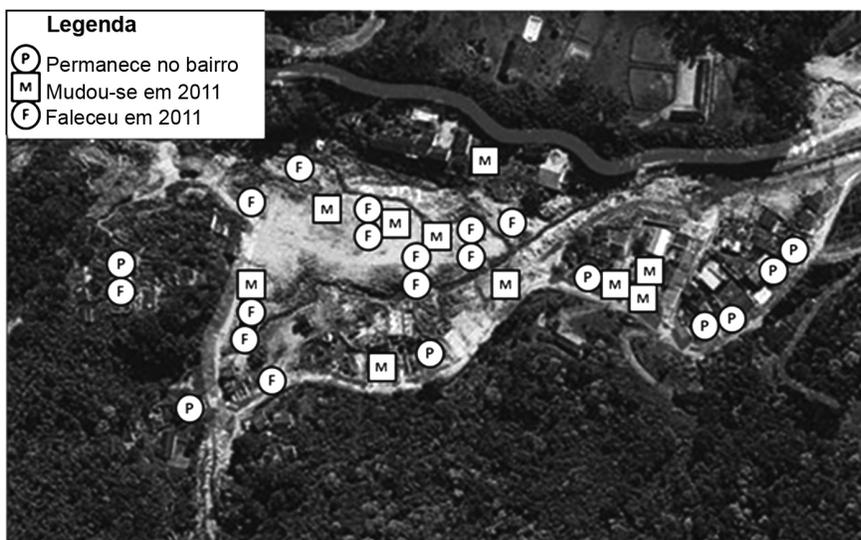


Figura 2 Mapa esquemático de idosos que permaneceram, mudaram-se ou faleceram em 2011 no Campo Grande. Fonte: Da autora, a partir da imagem de satélite do Google Maps, 2015.

É importante ressaltar que as formas de enfrentamento adotadas pelos entrevistados são marcadamente influenciadas pela questão da moradia. A casa é figura central nesta pesquisa, seja pela importância de rememorar-la, resgatar as histórias ligadas a ela e seu entorno ou pela necessidade de retornar a uma casa, a um *ninho* ou uma *concha*,⁶ como diria Bachelard. Esses dois elementos, como nos chama a atenção o autor, são imagens que se associam às ideias de repouso e segurança, respectivamente. No caso da pessoa idosa, tão importante quanto a casa, são as pessoas e o suporte dado e recebido em seu entorno, pois “os velhos casais estão presos ao lugar, mas estão na verdade presos às pessoas, aos recursos da comunidade e um ao outro” (TUAN, 1983, p.154). Acresce-se, ainda, o ‘estar preso’, o ter laços com cada *lugar menor* e cada caminho, os quais trazem as memórias de um indivíduo e de uma coletividade.

6. O autor explica, em uma linguagem poética, a analogia da *concha*, na qual se destacam dois elementos, o da casa dar a sensação de segurança e de ela representar algo vivo, com significado e antropomorfizado. Para Bachelard (1988, p.126): “Ao menor sinal, a concha se humaniza [...]. Com a concha, o impulso vital de habitação chega rápido demais ao seu termo. A natureza obtém depressa demais a segurança da vida fechada. Mas o sonhador não pode acreditar que o trabalho terminou quando as paredes estão firmes; e é assim que os sonhos construtores de concha dão vida e ação às moléculas tão geometricamente associadas. Para eles, a concha, no próprio tecido de sua matéria, é viva”.

Contudo, com as limitações de acesso à moradia, o repouso, a segurança e os vínculos com as pessoas ao seu entorno estão longe de integrarem novamente a vida cotidiana desses sujeitos. É o caso de duas irmãs idosas, uma delas dependente de cuidados para a realização de suas atividades básicas de vida diária (AVDs). Essas irmãs se enquadram em segmento ainda “mais esquecido” (se é possível colocar dessa forma) pelo Estado, o das pessoas afetadas não contempladas com o auxílio-aluguel, indenização ou cadastramento junto ao órgão público responsável para ser beneficiada com as casas populares. E esse grupo continua a não fazer parte da pautas de discussões públicas analisadas e observadas até o momento:

Idosa J2 – Não, eles não deixaram nem eu fazer o cadastramento.

Entrevistadora – A senhora foi impedida de fazer o cadastramento...

Idosa J2 – Ela disse que não precisava. A gente perde a paciência, hein moça, a gente perde a paciência, perde a paciência, hein. Eu não quero briga feia porque eu perco os meus direitos, porque eu vou lutar pelos meus direitos, sabe? A gente perde a paciência, moça, perde a paciência (Entrevistada J2, idosa, durante a manifestação de 12/01/2013, moradora da Granja Florestal).

A situação dessas irmãs reflete um sofrimento, sem previsão de solução ou atenção pública. Como continua J2:

É difícil, ‘passamo’ aperto..., eu ‘tô’ aborrecida, ‘passamo’ muito aperto. Porque o meu dinheiro é assim, o meu dinheiro, esse dinheiro que eu ‘tô’ te falando, R\$ 570, pego a metade dou a ela, pego a metade e pago o aluguel. Aí eu fico sem nada e ela fica sem nada, ‘tá’ complicado, aí tem gás, tem luz, tem comida. Da minha irmã, eu não posso ‘mexê’, eu mexo, mas num dá pra mexer, não dá pra ela moça, só a fralda não dá, não dá. E tem outro, assistência social não tem nada, não ajuda a gente em nada, não ajuda em nada. Por que que ela me negou? Não é dela... (Entrevistada J2, idosa, durante a manifestação de 12/01/2013, moradora da Granja Florestal).

O processo de enfrentamento diante de um contexto tão adverso deu-se de diferentes formas. No universo simbólico, por exemplo, a rememoração das pessoas e das histórias destas que compunham suas redes é uma das formas de enfrentamento e processamento do luto, das perdas e danos sofridos na vida material, simbólica e interpessoal. Outra forma deu-se por meio dos silêncios, especialmente quanto à perda de crianças da família e da comunidade. Cuidar dos animais remanescentes também foi um modo encontrado de zelar pela memória de amigos da

comunidade e familiares. Uma das entrevistadas, por sua vez, utilizou-se da arte para expressar seus sentimentos. Poucos dias após a crise aguda, ela relatou ter pintado um quadro (Figura 3) enquanto chorava e olhava para o morro em que houve o deslizamento de terra, com as casas e as pessoas que ali moravam (Figura 4). O quadro levou 10 minutos para ser finalizado e, de acordo com a entrevistada, não foi mais modificado. Durante o diálogo, gestos seus tentavam representar o que sentia e de onde esses sentimentos vinham durante o processo de pintura. Algo muito significativo que a transcrição, no entanto, não nos permite aqui representar.



Figuras 3 e 4 O quadro e o morro. Foto: Aline Viana (Caleme, janeiro/2015).

A imagem da Figura 5 mostra a prática de hastear a bandeira branca para que não se esqueça o significado do dia de 12 de janeiro de 2011 para a vida da comunidade. Além da homenagem às vítimas fatais, representa a resistência dos sobreviventes em não deixar no esquecimento as vidas que se perderam ou desapareceram. O hasteamento da bandeira foi seguido de um ato de solidariedade às vítimas, para o qual a comunidade trouxe fitas, rosas e balões brancos (Figura 6).

A mobilização da AVIT (Associação das Vítimas das Chuvas do dia 12 de janeiro em Teresópolis) é um exemplo de enfrentamento coletivo, assim como de mobilização para a realização das manifestações. Estas se apropriam do espaço público para lutar pelos direitos dos cidadãos afetados, assim como para rememorar aqueles que faleceram ou estão desaparecidos desde 2011.

Dentre as diversas ações realizadas pela associação, destacam-se: a prestação de assistência jurídica; a realização de reuniões com afetados e poder público; idealização e efetivação de audiências públicas; manifesta-

ções e atos de solidariedade. Mesmo diante de vários entraves, algumas conquistas ocorreram graças à pressão popular, como a aprovação da Lei Orgânica, a qual destina pelo menos 3% dos recursos próprios do município para o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) (AVIT, 2013). Outro passo importante foi o credenciamento da AVIT junto ao Ministério das Cidades para gerir a construção de 200 unidades habitacionais, no prazo de dois anos, oficializar o projeto apresentado e iniciar a construção das unidades.



Figuras 5 e 6 Ato simbólico em memória das vítimas dois (à direita) e quatro anos (à esquerda) após o acontecimento. Foto: Aline Viana (Praça Balthasar da Silveirada, janeiro/2013 e janeiro/2015).

O enfrentamento religioso também foi observado entre os entrevistados. Este se apresenta como “uma variação do enfrentamento baseado na emoção” e é apontado como importante, em diferentes faixas etárias, para lidar com eventos incontroláveis, quando a pessoa reconhece esse tipo de enfrentamento como funcional e válido para seu sistema de crenças e valores (NERI; FORTES, 2006, p.1282).

Na literatura internacional, há quase três décadas procura-se compreender os comportamentos religiosos de idosos para o enfrentamento de situações estressantes. Dentre os estudos pioneiros sobre a temática está *The Use of Religion and Other Emotion-Regulating Coping Strategies Among Older Adults*, de Koenig, George e Siegler, de 1988. E, em 2007, no estudo sobre uma década de pesquisa sobre a teoria da Religião e Enfrentamento, vários trabalhos envolvem considerações sobre o público idoso (PARGAMENT; RAIYA, 2007).

Outro elemento que influi no enfrentamento dos sujeitos afetados é o empobrecimento. Com as perdas dos bens materiais, como habitação, móveis, itens domésticos, veículos e dos meios de provimento de renda, o quadro de empobrecimento se faz mais presente, ao passo que os ‘índices de pobreza’ se mostram reduzidos no município em geral. Mas a quem de fato esses índices representam, se parte da população sofre continuamente com esse modo de vida imposto?

Como bem traz Milton Santos (2013) em seu livro *a Pobreza Urbana*, o reducionismo do problema social da pobreza, na forma de classificações e estudos estatísticos, mostra-se ainda hoje muito atual para refletir o quadro teresopolitano. Para o autor, há diferentes tipos de pobreza, não relacionadas essencialmente ao consumo de bens. Baseia-se na fala de Buchanan⁷ (1972, p.225 apud SANTOS, 2013) para sua construção argumentativa, em que pobreza não se resume apenas a um estado de privação material, mas deve ser considerado como um modo de vida, em que há “um conjunto complexo e duradouro de relações e instituições sociais, econômicas, culturais e políticas criadas para encontrar segurança dentro de uma situação de insegura”.

Um exemplo da busca pública de encontrar segurança em situação insegura é o de desinterdição das moradias e o restabelecimento do fornecimento de energia em algumas casas ‘desinterditadas’, como ocorreu no início de 2015. Como trouxe N25, em conversa com um membro do meio oficial, esse processo está ocorrendo porque as pessoas retornaram ou permaneceram nos locais interditados. E, para permanecer, ligaram de forma irregular a energia dos postes para suas residências, prática acompanhada de recorrente aquecimento da rede, com episódios de incêndio na rede elétrica. Assim, para evitar os incêndios, as casas foram desinterditadas e a Ampla Energias e Serviços S.A. restabeleceu o serviço. Contudo, a situação crônica de precariedades e riscos não se alterou.

Outras dificuldades encontradas referem-se ao acesso aos direitos sociais que lhes são negados, os quais existem previamente à crise aguda e acentuam-se no decorrer dos anos da crise crônica. No caso do acesso à saúde, os entrevistados relatam ausência de acompanhamento da atenção básica e dificuldades em acessar a atenção de média complexidade. Em Campo Grande, os idosos contam que, antes de 2011, o posto de saúde já não funcionava mais no bairro. Já no caso do Caleme, há um terreno da prefeitura, em frente à igreja, disponível e destinado para a construção do

7. BUCHANAN, I. *Singapore in Southeast Asia*. London, Bell and Sons, 1972.

posto de saúde – e até ocorreu evento com a presença do prefeito para anunciar a construção. No entanto, atualmente, este é utilizado para depósito de lixo, como expresso por EC7, membro da comunidade, não havendo previsão para realização da obra.

No documento acerca das diretrizes para as atividades do Programa Saúde da Família (PSF), da atenção básica, estabelece-se que as equipes realizem a visita domiciliar, objetivando monitorar a situação de saúde das famílias, devendo “realizar visitas programadas ou voltadas ao atendimento de demandas espontâneas, segundo critérios epidemiológicos e de identificação de situações de risco” (BRASIL, 1997, p.14). Dentre as áreas prioritárias da atenção básica há a atenção a saúde do idoso. No segmento da saúde há recursos como: o Caderno nº 19 do Ministério da Saúde, a Caderneta da Pessoa Idosa, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa e o Capítulo IV, artigos 15 ao19, do Estatuto do Idoso, para a proteção do direito à saúde:

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos (BRASIL, 2003).

Eventos estressantes e traumáticos como os desastres, acompanhados de relações frágeis com o Estado e de entraves ao acesso aos direitos, podem tanto desencadear quanto acentuar alterações fisiológicas, emocionais e comportamentais, como expresso no início deste capítulo. Dessa forma, a atenção biopsicossocial é fundamental. Entretanto, a ausência crônica de intervenções em ambos os bairros é relatada por idosos, familiares e membros da comunidade. Consequentemente, a percepção do atendimento de assistência à saúde por estes é negativa, com relato de insatisfação com a qualidade do atendimento, cobertura e agilidade do serviço. E denunciam irregularidades, como negligência de atendimento a idosos restritos ao leito, falta de medicamentos para distribuição gratuita, falta de profissionais médicos na atenção básica e secundária e falta de visitas domiciliares dos agentes de saúde. Dois relatos referentes às discussões são apresentados a seguir:

Idosa DL22 – Tem nada, nem médico, nem se a gente sente alguma coisa tem médico. [...] A gente levanta cinco horas, seis horas da manhã, pra ir marcar uma ficha, aí marca pra dali dois, três ‘mês’. Aí a pessoa fica esperando. O dia que vai ao médico, o médico passa tantos exames, num dá remédio nenhum à gente, mesmo que ‘teja’ sentindo alguma coisa ele

num dá. Que nem eu, fui e não me deu. Aí tem que fazer os exames ‘todinho’, aí torna ‘marcá’, aí ter o trabalho de ‘torná marcá’ e torna ‘esperá’ mais um mês ou dois ‘pro’ médico vê seus ‘exame’. Se a gente tiver de morrer, morre. É mais fácil morrer mesmo de uma vez (Entrevistada DL22, idosa, Campo Grande).

Entrevistadora – Aqui vocês têm o Saúde da Família? Não faz visita pra ela [referência à irmã, também idosa e restrita ao leito]?

Idosa J2 – Não vai ver ela, não vai ver ela. Já briguei, não vai ver ela, não vai. Tem vez que não tem remédio, aí eu tenho que comprar, né. Só a comida dela tá trinta... quase trinta e oito reais, por causa do machucado. Agora, como é que eu vou ‘ficá’? “Vo ficá’ como? É complicado (Entrevistada J2, idosa, durante a manifestação de 12/01/2013, moradora da Granja Florestal).

Em alguns casos, a saída foi pagar consultas particulares. A idosa N27, por exemplo, pagava consultas e exames, quando tinha condição, para agilizar o acesso ao diagnóstico e ao tratamento. Já o idoso SP15, cuidador da esposa já idosa com sequelas de um acidente vascular cerebral (AVC), pagava quando precisava de atendimento médico, porque não tinham condições físicas e emocionais de passar pela situação descrita acima pela idosa DL22. Contudo, fica em aberto o atendimento psicológico, fisioterapêutico, gerontológico, dentre outros.

Esse quadro dista completamente dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, da integralidade, universalidade e equidade do atendimento. E observa-se que os mecanismos de controle à participação popular por meio dos conselhos, como previsto na Lei Orgânica da Saúde nº 8080/1990, falharam na proteção do segmento afetado.

Após a crise aguda, alguns entrevistados contaram que eles ou seus familiares e amigos próximos apresentaram problemas de saúde, como: infecções, leptospirose, processos alérgicos e início de doenças crônicas como *Diabetes Mellitus*. Com relação à depressão, os idosos dizem conhecer alguns afetados com esse quadro, assim como pessoas que tiveram problemas como etilismo. No entanto, por falta de acompanhamento de saúde na rede e de realização de avaliações de saúde com os idosos, arguir sobre o quadro de saúde destes é um assunto delicado.

De forma geral, o processo de afetação e enfrentamento dos idosos e familiares nos desastre é complexo, heterogêneo, multidimensional e certamente não se esgota nos esforços analíticos aqui empregados. Sinteticamente, é apresentado o Quadro 2, o qual reúne os principais pontos observados quanto à afetação e enfrentamento dos entrevistados em Teresópolis.

Quadro 2 Afetação e enfrentamento de idosos e familiares em contexto de desastre.

Dimensão	Afetação	Estratégias de enfrentamento
Material	<p>Perda da casa. Pagamento irregular do auxílio aluguel. Desinterdição de moradias em áreas denominadas de risco. Não recebimento da indenização em valor proporcional ao imóvel. Corte das indenizações e obrigação de os afetados assinarem o documento da casa popular. Não recebimento das casas do programa de habitação social. Falta de esgotamento sanitário. Falta de alternativas energéticas nas áreas mais afetadas. Dificuldades financeiras/empobrecimento. Uso do mapa de risco para expulsão dos moradores sem provisão de outros lugares.</p>	<p>Permanência no local. Aposentadoria/pensão como recurso para pagamento do aluguel para os meses em que não houve pagamento do auxílio. Construção de fossas para coleta e armazenamento do esgotamento sanitário. Necessidade de ligação clandestina de eletricidade por conta da interrupção desta.</p>
Simbólica	<p>Significado da casa, das perdas, das memórias a ela relacionadas. Dor da perda de familiares e vizinhos. Dificuldades de morar longe de familiares e vizinhos. Incerteza e angústia pela não recuperação dos desaparecidos. Viver no risco por falta de opção. Medo da chuva forte. Sentimento de revolta pela não assistência aos afetados.</p>	<p>Cuidar dos animais da comunidade que sobreviveram em 2011. Visitar o local da antiga residência. Rememorar histórias do local e de pessoas que residiam no lugar. Orientar-se junto a um segmento religioso. Usar estratégias simbólicas para homenagear os falecidos. Expressar-se e manifestar-se por meio da arte.</p>
Interpessoal	<p>Esvaziamento da vizinhança. Idoso cuidador de idoso em condições adversas. Dificuldades de acesso aos serviços de saúde ao idoso que mora sozinho ou com o(a) cônjuge idoso(a). Desvalorização do idoso nos espaços consultivos.</p>	<p>Contar com a família como principal suporte desde a crise aguda. Receber e fornecer suporte aos vizinhos remanescentes. Encontrar-se com os antigos vizinhos após a necessidade de deslocamento. Procurar residência próxima aos familiares ou antigos vizinhos. Participar das manifestações e atos simbólicos. Retomar atividades cotidianas junto à comunidade. Contar com o apoio de organizações sociais, voluntários e associações da sociedade civil.</p>

Fonte: Aline Viana (2015).

Com o prolongamento do desastre, tendo em vista os quatro anos da crise aguda, o comportamento *blasé* (cf. SIMMEL, 2005) da sociedade e das instituições torna-se mais evidente. Ao lado desse comportamento, está o da perda de sensibilidade perante a vulnerabilização das populações res-tritas ao *circuito de vulnerabilidade* (cf. ACSELRAD, 2006). Na sociedade

atual, vê-se a perda da sensibilidade com as desigualdades sociais e com a cronicidade do sofrimento cotidiano do outro. No entanto, com o aparecimento de eventos pontuais, vê-se, por outro lado, explosões de manifestações de grande proporções, como as que assistimos ocorrer no Brasil em julho de 2014 e, em outros países, no mesmo ano e em janeiro de 2015. As pessoas não afetadas diretamente, acostumadas com grande volume de informação e a ter na mídia nacional e internacional desastres reportados cotidianamente, esquecem-se muitas vezes do sofrimento do outro para além da crise aguda. Vive-se a era da preocupação com o momento e não com a condição humana. Por exemplo, vizinhos e voluntários de uma catástrofe podem se fadigar em realizar o cuidado e em dar atenção quando os desdobramentos desta são crônicos ou quando há recorrência na decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública em uma mesma localidade. Essa fadiga ocorre, por um lado, pela falta de suporte às atividades desses grupos e pela necessidade de retornar a sua vida cotidiana e, por outro, pela não compreensão da extensão temporal e da complexidade dos desastres.

Sennet (2004) acrescenta outros elementos para essa interrupção na prestação de cuidado ao outro, nomeada por ele como *fadiga da compaixão*. Essa fadiga seria decorrente da exaustão da solidariedade em um cenário crítico prolongado, que causa desânimo pelo estresse do cuidado e pelo esgotamento emocional diante de um envolvimento subjetivo com os receptores do cuidado. Perante a fadiga, há a possibilidade de perda de controle e a compaixão (substituto da justiça) pode se transformar em piedade (em uma perspectiva de desigualdade social). Com isso, humilhando os receptores e imbuindo-lhes a carga da gratidão, denominada pelo autor de *ferida da caridade*. Valencio (2012), em referência a Sennet (2004) e com base em duas décadas de pesquisa na área, complementa essa concepção ao apontar que as classes sociais mais favorecidas aproveitam-se do discurso da compaixão para impor aos afetados aquilo que já não lhes serve. Utilizam-se da situação, portanto, para renovar roupas, móveis e eletrodomésticos, mantendo as desigualdades instaladas na sociedade sob a máscara da coesão social.

Com base na análise feita aqui sobre Teresópolis, podemos afirmar que, findada a crise aguda, a sociedade adentra novamente o comportamento *blasé* e, com isso, mantém ativos os crônicos *circuitos de vulnerabilidade*, imersos em um mar de incertezas e inseguranças, o qual é reservado aos *outsiders* de nossa sociedade.

Considerações finais

O enfrentamento da pessoa idosa, de seus familiares e da comunidade, no caso estudado, permeou os silêncios, as manifestações, as expressões artísticas, a cultura, a resistência, o cuidar do outro e o rememorar. Um enfrentamento diante de grandes dificuldades e entraves ao acesso aos direitos sociais dos indivíduos e da coletividade. Dado o caráter alarmante dos resultados obtidos, recomendações acerca da integração e humanização das ações no setor de saúde, defesa civil e assistência social são fundamentais e emergentes no município estudado. É crucial, entretanto, para o delineamento de ações advindas do setor público, a escuta ativa e a incorporação das demandas do segmento afetado. Dentre esses, destaca-se a importância da participação do idoso nos espaços consultivos e formativos, considerando-se a experiência e conhecimento destes sobre sua localidade. Fundamental, ainda, a incorporação das especificidades desse segmento, tanto em processo de senescência quanto de senilidade, nos cursos de capacitação, atualização e educação permanente dos serviços de saúde, defesa civil e assistência social.

Ressalva-se, no entanto, que influi sob as ações dos diferentes setores a orientação teórica adotada. Pois, de acordo com a forma pela qual concebem os desastres, há diferenças no modo de estabelecer prioridades e de atuar ao longo do processo social de conformação destes. É fundamental, portanto, que serviços, mídia e Estado compreendam o caráter processual do desastre e o tempo social de sua ocorrência e enfrentamento. Indispensável, ainda, compreenderem o *processo de vulnerabilidade* em curso no município e as implicações deste para a seleção dos afetados e a magnitude das perdas e danos materiais, simbólicos e interpessoais. Assim, enquanto os desastres forem considerados “naturais” e o debate sociopolítico aqui apresentado for deslegitimado, haverá entraves para a defesa da dignidade humana, da participação política, da proteção social e da justiça social e ambiental dos afetados de diversos segmentos etários.

Referências bibliográficas

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade ambiental, processos e relações. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2, 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: FIBGE, 2006. Disponível em: <<http://www.ibcperu.org/doc/isis/11342.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2013.

- ANTONIAZZI, A. S.; DELL'AGLIO, D. D.; BANDEIRA, D. S. O conceito de *coping*: uma revisão teórica. **Estudos de Psicologia**, v. 3, n. 2, p. 287-312, 1998.
- ASSOCIAÇÃO DAS VÍTIMAS DAS CHUVAS DO DIA 12 DE JANEIRO EM TERESÓPOLIS - AVIT. **Habitação direito de todos**. Postado em 02 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.avit.org.br/2013/08/>>. Acesso em: 13 abr. 2014.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço**. Tradução Antônio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- BEL, B. et al. A prospective study of the impact of floods on the mental and physical health of older adults. **Aging Ment Health**, v. 17, n. 8, p. 992-1002, 2013.
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória**. Ensaios de Psicologia Social. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989. 311 p. (Coleção Memória e Sociedade).
- BRASIL. **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 22 jan. 2015.
- _____. **Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011**. Altera a Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- _____. **Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (PNPDEC)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm>. Acesso em: 11 jul. 2013.
- _____. Ministério da Saúde. **Estatuto do Idoso**. 1. ed. 2ª reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.
- _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. **Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial**. Brasília, 1997.
- CDC HEALTHY AGING. **Disaster Mental Health Primer: Key Principles, Issues and Questions**. 2012. Disponível em: <<http://emergency.cdc.gov/mentalhealth/primer.asp>>. Acesso em: 14 jul. 2014.
- COSTA, R.S. et al. Rede de apoio social ao idoso familiar afetado por processos de desastre. **IV Programa de Estudos "População, Ambiente e Desenvolvimento: segurança humana em contexto de desastres"**. Campinas, outubro de 2012. (Acervo pessoal).
- DUTRA, G.F. et al. Análise temporal das internações hospitalares e óbitos causados por doenças do aparelho respiratório em idosos, minas gerais. **Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.**, v. 13, n. 1, p. 121-132, 2010.
- FREITAS, C. M. et al. Vulnerabilidade socioambiental, redução de riscos de desastres e construção da resiliência: lições do terremoto no Haiti e das chuvas fortes na Região Serrana, Brasil. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1577-1586, 2012.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. Tradução Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004. IBGE/INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 25 maio 2013.

_____. **Projeção da população do Brasil por sexo e idade 1980-2050**. Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica. Rio de Janeiro, n. 24, 2008. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/projecao.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2014.

JIA, Z. et al. Are the elderly more vulnerable to psychological impact of natural disaster? A population-based survey of adult survivors of the 2008 Sichuan earthquake. **BMC Public Health**, v. 30, p. 10-172, mar. 2010.

KNIGHT, B. G. et al. Age and emotional response to the Northridge earthquake: a longitudinal analysis. **Psychology and Aging**, v. 15, n. 4, p. 627, 2000.

KOENIG, H.G.; GEORGE, L.K.; SIEGLER, I.C. The use of religion and other emotion-regulating coping strategies among older adults. **Gerontologist**, v. 28, n. 3, p. 303-10, jun. 1988.

MARTINS, J. S. Apontamentos sobre vida cotidiana e História. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.4, p. 49-58, jan./dez., 1996.

_____. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 1-8, mai. 1998.

NERI, A. L. FORTES, A. C. G. A dinâmica do estresse e enfrentamento na velhice e sua expressão no prestar cuidados a idosos no contexto da família. In: FREITAS, E. V. et al. **Tratado de geriatria e gerontologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. p. 1277-1288.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Measuring quality of life**. 1997. Disponível em: <http://www.who.int/mental_health/media/68.pdf>. Acesso em: 22 sept. 2014.

PARGAMENT, K. I.; RAIYA, H. A. A decade of research on the psychology of religion and coping: Things we assumed and lessons we learned. **Psyke & Logos**, v. 28, p. 742-766, 2007.

PIETRZAK, R. H. et al. Posttraumatic stress disorder, depression, and perceived needs for psychological care in older persons affected by Hurricane Ike. **Journal of Affective Disorders**, v. 138, p. 96-103, 2012.

PIETRZAK, R. H. et al. Trajectories of posttraumatic stress symptomatology in older persons affected by a large-magnitude disaster. **Journal of Psychiatric Research**, v. 47, n. 4, p. 520-526, 2013.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESÓPOLIS. **Lei Municipal N° 1882, de 17/12/1998**. Institui a Política Municipal do Idoso e o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa no âmbito do Município de Teresópolis. Disponível em: <<http://www.camarateresopolis.rj.gov.br>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

QUARANTELLI, E. L. Epilogue. In: _____. **What is a disaster?** Perspectives on the question. London, New York: Routledge, 1998. p. 234-273.

- SANTOS, M. Pode-se Definir a “Pobreza”? In: **Pobreza urbana**. 3 ed., 1. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013. p.13-22. (Coleção Milton Santos; 16).
- SARTORI, J. **Como Esquecer?** Memórias de um desastre vivenciado. 2014. 180 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências de Engenharia Ambiental, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2014.
- _____. Memória e Práticas Sociais de Idosos em Torno do Tema dos Raios: o caso de São Caetano do Sul/SP. In: VALENCIO, N. (Org.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima Editora, 2012. v. III, p. 62-82.
- SENNETT, R. **Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- SETTON, M. G. J. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. **Revista Brasileira de Educação**, n. 20, mai./jun./jul./ago., p. 60-154, 2002.
- SIMMEL, G. Soziologie. Untersuchungen über die Formen der Vergesellschaftung. Tradução Mauro G. P. Koury. Berlim, Duncker e Humblot Editores, 1908. p. 509-12. In: SIMMEL, G. O estrangeiro. **RBSE**, v. 4, n. 12, dez. 2005.
- SUZUKI, Y. et al. Prevalence of mental disorders and suicidal thoughts among community-dwelling elderly adults 3 years after the Niigata-Chuetsu earthquake. **Journal of Epidemiology**, Japan Epidemiological Association, v. 21, n. 2, p. 144-150, 2011.
- TUAN, Y. F. Experiências íntimas com o lugar. In: _____. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983. p. 151-219.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. **Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2012: volume** Rio de Janeiro. Florianópolis: CEPED UFSC, 2013.
- VALENCIO, N. F. L. S. **Para Além do ‘Dia do Desastre’**. Curitiba: Editora Appris, 2012.
- VIANA, A. S. Dimensões sociais e de saúde envolvidas no contexto da seca: a pessoa idosa no cerne da questão. In: VALENCIO, N.F.L.S.; SIENA, M.. (Org.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas**. 1. ed. São Carlos: RiMa, 2014. v. 4, p. 307-331.
- VIANA, A.S. et al. Desastres ambientais e envelhecimento populacional. In: VALENCIO, N. (Org.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: RiMa, 2012a. v. 3, p. 278-290.
- VIANA, A. S. et al. (2012b). Afetação de idosos em desastres, nos últimos três anos, em municípios brasileiros. **IV Programa de Estudos “População, Ambiente e Desenvolvimento: segurança humana em contextos de desastres”**, realizado na Unicamp, em Campinas, outubro de 2012. Arquivo pessoal. (Acervo Pessoal).
- VIANA, A. S. et al. Saúde Humana e Saúde Ambiental em Contexto de Desastre. In: CARMO, R.; VALENCIO, N. (Org.). **Segurança humana no contexto dos desastres**. São Carlos: RiMa, 2014. v. 1, p. 109-126.
- ZAGO, J. R. **A memória das chuvas**. São Carlos: RiMa, 2006. (Coleção Monografias).